



**POCONÉ**  
PREFEITURA MUNICIPAL  
GESTÃO 2021/2024

O TRABALHO NÃO PARA

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Praça Frei Joaquim Tebar Fernandes, Nº 001, Centro, Poconé-MT – CEP: 78.175-000  
Contato (65) 3345-2878 e-mail: prefeitura@pocone.mt.gov.br

Ofício n. 471/PMP/GP/MT

Poconé-MT, 19 de junho de 2023.

Exmo. Sr. Presidente

**Ver. ITAMAR LOURENÇO DA SILVA**

Câmara Municipal de Poconé-MT



Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para, respeitosamente, encaminhar a Vossa Excelência, as razões do Veto da Lei Municipal nº 2.202 de 06 de junho de 2023, segue em anexo.

Sem mais, nossas considerações de estima e apreço.

Atenciosamente,

**ATAIL MARQUES DO AMARAL (Tatá Amaral)**  
Prefeito Municipal de Poconé

**CIENTE**  
cm. 21 / 06 / 23  
[Signature]

Câmara Municipal de Poconé/MT  
Protocolo n.º 46 / 2023  
Data: 31 / 06 / 2023  
ass 10:16hs  
[Signature]

**JUSTIFICATIVA DO VETO**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.202 DE 06 DE JUNHO DE 2023**

**Exmo. Sr. Presidente**

**Ver. ITAMAR LOURENÇO DA SILVA**

**Senhor Presidente, Ilustríssimos (as) Senhores (as) Vereadores (as),**

**VETO AO AUTOGRAFO DE LEI Nº 2.202 DE 06 DE JUNHO DE 2023.**

**RAZÕES DE VETO**

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no exercício de sua competência legalmente prevista na Lei Orgânica Municipal, comunica Vossa Excelência que decidiu vetar integralmente Autógrafo nº. 2.202/2023, que “dispõe sobre o parcelamento do solo rural para fins de geração de energia solar e dá outras providências”, aprovado por esse Poder Legislativo.

Isso porque, compete ao Município, conforme estabelece expressamente a Constituição Federal: *“promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”*. (Art. 30, VIII).

Em simetria a este preceito constitucional maior, estão a Constituição Mato-grossense (Arts. 174, IV e 301, I, “a” a “d” e VII) e a Lei Orgânica do Município (Art. 8º, V, VIII e XII), que a seguir transcrevemos, *in verbis*:

**Constituição Federal**

**“Art. 30. Compete aos Municípios:**

**VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”;**

*Handwritten signature*



**POCONÉ**  
PREFEITURA MUNICIPAL  
GESTÃO 2021/2024

O TRABALHO NÃO PARA

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Praça Frei Joaquim Tebar Fernandes, Nº 001, Centro, Poconé-MT – CEP: 78.175-000  
Contato (65) 3345-2878 e-mail: prefeitura@pocone.mt.gov.br

### Constituição estadual

“Art. 174 Na gerência dos interesses da população, o Município deverá observar os seguintes objetivos prioritários:

IV - promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;

Art. 301 No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:

I - política de uso e ocupação de solo que garanta:

a) controle de expansão urbana;

b) controle dos vazios urbanos;

c) manutenção de características do ambiente natural;

d) estudos permanentes do meio ambiente urbano, objetivando o monitoramento da qualidade de vida urbana.

VII - adequação e ordenação territorial, incluindo a integração das atividades urbanas e rurais”;

### Lei Orgânica Municipal

“Art. 8º. Compete ao Município:

V – exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, estudos práticos de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

VIII- Promover no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XII- Tratar da política de uso do solo urbano e conformidade com o que dispõe o plano diretor e legislação pertinente”;

Segundo renomado mestre administrativista, o saudoso Hely Lopes Meirelles (Direito Municipal Brasileiro, 13ª Ed., pág. 517):

“As atribuições municipais no campo urbanístico desdobram-se em dois setores distintos: o da ordenação espacial, que se consubstancia no plano diretor e nas normas de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano e urbanizável, abrangendo o zoneamento, o loteamento e a composição estética e paisagística da cidade; e o de controle da construção, incidindo sobre o traçado urbano, os equipamentos

**sociais, até edificações particulares nos seus requisitos estruturais funcionais e estéticos, expressos no código de obras e normas complementares”.**

Portanto, cumpre, assentar que ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo correspondem funções específicas e separadas.

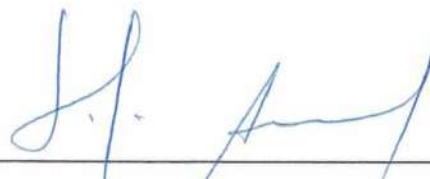
Assim, consoante os abalizados ensinamentos de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em “Curso de Direito Constitucional”, ed. Saraiva, fls. 137:

**“nenhum poder tem o direito de delegar atribuições porque estas não lhe pertencem e sim lhe são delegadas: *delegas potestas delegari nom potest*”.**

Da detida análise dos dispositivos legais transcritos, depreende-se que a competência para tal matéria é exclusiva do Poder Executivo, devendo ser exercitada e manuseada pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, através de técnicos competentes, que o Poder Legislativo não detém em seu quadro de servidores.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que o levaram a vetar o Autógrafo nº. 2.202/2023, as quais são submetidas à apreciação dos membros dessa casa de Lei.

Poconé/MT, 19 de junho de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**ATAIL MARQUES DO AMARAL**  
**Prefeito Municipal de Poconé**